



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3357-7500 – ramal 1070

## **Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**3 de setembro de 2018**

No dia três de setembro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Pedro Leite Barbieri; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Adriana Pionttkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Luciano de Oliveira Toledo; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin; da Diretoria de Planejamento, sr. Marcelo Teboldi Machado; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sr. George Rodrigues Loyola; do campus Aracruz, sr. Leandro Bitti Santa Anna; do campus Barra de São Francisco, Sr. José Alexandre Gadioli; do campus Cachoeiro do Itapemirim, sr. Edson Maciel Peixoto; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Centro Serrano, sr. Wagner Poltroniere Entringer; do campus Colatina, Sr. Octávio Cavalari Júnior; do campus Guarapari, sr. Gibson Dall’Orto Muniz da Silva; do campus Itapina, Sr. Fábio Lyrio Santos; do campus Ibatiba, sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do campus Linhares, sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Piúma, sr. Marcelo Fanttini Polese; do campus Santa Teresa, sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do campus São Mateus, sr. Carlos Roberto Coutinho; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sr. Diemerson Saqueto; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apreciação de proposta de alteração da resolução CS nº 01/2016; 3. Discussão sobre valor cobrado para cópias de processo no âmbito do Ifes; 4. Método de recuperação de senha no acadêmico; 5. Proposta de viabilidade de Teletrabalho no âmbito do Ifes / Processo: 23147.000454/2018-59; 6. Proposta de normas e procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação das penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, no âmbito do Ifes / Processo: 23147.003334/2018-11; 7. Projeto de Cadastro Territorial Multifinalitário: articulação entre o Ifes, Prefeituras Municipais e Tribunal de Contas do Estado; 8. Definição das prioridades de investimentos que serão atendidas com recursos da emenda de bancada; 9. Início do Planejamento Estratégico: detalhamento da metodologia, definição dos articuladores e pactuação da agenda de trabalho.** O Presidente abre o item 1 relatando que foi convocado para participar de uma reunião em Brasília e que por isso não conduzirá toda a reunião do Colégio de Dirigentes e comunica que será substituído pelo diretor-geral Aloísio Carnielli. Declara que há assuntos discutidos nas reuniões do Colégio de Dirigentes no primeiro semestre de 2018 que ainda não foram decididos, destacando: 1) criação de comissão para tratar da

remoção para tratamento de saúde para tentar minimizar os efeitos institucionais dessas remoções; 2) explicações sobre o trabalho realizado pela Junta Médica e possíveis meios de contactá-la; 3) esclarecimentos sobre a perda da regra especial de aposentadoria em virtude de afastamento; 5) discussão sobre nível e forma de elaboração das provas dos processos seletivos; 6) criação de uma sala institucional no Moodle para o Colégio de Dirigentes. O Presidente esclarece que pelo tamanho da pauta essas pendências serão avaliadas na próxima reunião do Colégio de Dirigentes. O dirigente Edson relata que, no que tange à perda de aposentadoria integral em afastamento, houve conversas e avanços, cabendo a DGP apenas elaborar o formulário. O Presidente relata que esteve em Montes Claros-MG para conhecer o fórum mineiro de instituições federais de ensino, destacando que as questões tratadas são bem realistas, com propostas para ações no dia a dia. Destaca que as instituições da região sudeste trabalham minimamente a questão da regionalidade e por isso, anuncia que em maio de 2019, a partir de uma proposta oriunda do Ifes, haverá o encontro da região sudeste dos Institutos Federais, Cefet's e Colégio Pedro II, esclarecendo que o formato do evento não se assemelha ao da Reditec, caracterizando-se por uma discussão prática, ou seja, internacionalização, compras, T.I, gestão de pessoas, dentre outros. Informa que o evento terá a duração de três dias, explicando que no primeiro dia acontecerá a abertura; no segundo, discussão com os grupos de trabalhos; e no terceiro, exposição dos trabalhos, fechamento e expectativas para o próximo evento. Enfatiza que essa proposta foi exitosa em sua apresentação às demais instituições, informando que o assunto será tratado institucionalmente com mais detalhes no Colégio de Dirigentes e no Fórum de Diretores-gerais. A seguir, pede autorização para alterar a ordem de pauta que é concedida pelos dirigentes. O dirigente Leandro solicita que os carros oficiais de outros campi possam estacionar dentro do galpão da Fábrica de Ideias, visto que estacionamento externo é insuficiente para comportar os veículos. O Colégio de Dirigentes concorda com a proposta do dirigente Leandro. A dirigente Vanessa solicita que a portaria 193 seja apresentada e explicada ao Colégio de Dirigentes, visto que já há pedidos de remoção no campus Piúma. O Presidente explica que esse assunto já fora solicitado na reunião anterior e informa que o Diretor de Gestão de Pessoas virá à próxima reunião, possivelmente em outubro, para prestar os devidos esclarecimentos. O dirigente Edson manifesta sua alegria para com o lançamento do edital do curso de pós-graduação em rochas ornamentais que ocorreu, simultaneamente, com a abertura do Cachoeiro Stone Fair, enfatizando o destaque que foi destinado ao Ifes, e posterior repercussão na imprensa, com reportagens em jornais locais e também na TV, por meio da Gazeta. O dirigente Anderson, que estava presente no evento, parabeniza o trabalho realizado pelo campus Cachoeiro, tanto na oferta do curso quanto em sua divulgação. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o pró-reitor Luciano que, ao cumprimentar os presentes, apresenta o professor Francisco, do campus Montanha com doutorado pela UFV, e o prof. Gerson, da UFV, que estão à frente de um projeto de cadastro territorial por meio de drones e que apresentarão uma proposta pela qual o Ifes pode atuar na agenda de desenvolvimento local. A seguir passa a palavra para o prof. Gerson que relata que foram convidados pelo TCE para apresentar o projeto, destacando que a agenda teve início com o Ifes campus Montanha, por intermédio do prof. Francisco. Relata que o cadastro territorial era realizado por meio de aquisição de imagens de empresas de satélite, enfatizando o alto custo da compra e que, diante dessa situação, o prof. Francisco, na sua pesquisa de doutorado, iniciou o uso de drones da UFV para o cadastro. Declara que o trabalho teve início no campus Montanha, por meio de um projeto de gestão territorial, que envolve grupos de pesquisa, ou seja, grupos geotec e gti, apresentando a legislação que ampara o projeto. Detalha a construção do primeiro drone da UFV e que teve ampla divulgação por aparecer em publicações científicas, e que por isso, o CREA solicitou

informações sobre NBR (norma técnica brasileira), bem como o Incra, declarando que, inicialmente, os drones eram utilizados apenas por lazer. Relata que o TCE pediu que houvesse o cadastro territorial em todo o estado do Espírito Santo, explicando que, a partir dessa solicitação, houve o questionamento de como fazer esse atendimento, e, naturalmente, o Ifes despontou como parceiro ideal, por ter 22 campi que abrangem todas as regiões estaduais. Explica que o campus Montanha foi contatado e que seus servidores já receberam o treinamento adequado, enfatizando que o pró-reitor Luciano já recebeu demanda do Maranhão e do Pará, contratos que poderão ser celebrados por meio de uma parceria institucional, com dispensa de licitação, pois se trata de uma cooperação técnica científica. Esclarece que o campus Montanha criou um grupo de pesquisa, que possibilita que o Ifes, no cadastro territorial do estado do Espírito Santo, seja independente, destacando a competência técnica e burocrática do professor Francisco, explicando, a seguir, os procedimentos para iniciar o trabalho. O pró-reitor Luciano declara que algumas empresas já concordaram em ceder alguns equipamentos para o projeto, visto que assim, os alunos que trabalharão no projeto se familiarizem com esses dispositivos, ou seja, drones e aparelhos de geoprocessamento, enfatizando que todo o projeto será realizado por meio de parceria. O prof. Gerson informa que 80% dos municípios brasileiros tem até 30 mil habitantes, e detalha que o TCE quer a planta genérica de valores, cujo prazo para elaboração requer 3 meses. Explica as razões pelas quais o TCE não aceita mais a forma de capacitação de imagem, destacando que, por causa da qualidade dessa resolução, é possível uma precificação diferente para imóveis que estão na mesma quadra. Relata que o custo médio será de R\$ 44,00 por imóvel, destacando que há benefícios tanto para o município quanto para o munícipe, visto que não haverá impacto no IPTU, e sim um equilíbrio, pois construções mais simples terão seu preço diminuído ao passo que imóveis mais sofisticados terão o valor de IPTU reajustado. Destaca que o mapeamento territorial possibilita o controle de diversos serviços e possibilita uma atuação mais eficaz e eficiente do poder público, exemplificando o município mineiro de Carlos Chagas, onde foi elaborado um mapeamento de hipertensos, prioridade de rotas para coleta de lixo que impactou em redução do valor anual, controle de frequência diária de todos os alunos por meio de aplicativo, que possibilitou economia com combustível. Explica as vantagens do sistema, cujas funcionalidades permitem a criação de um centro de gestão inteligente ou integrado que forneça dados para tomada de decisão por parte das secretarias municipais que visam oferecer o melhor serviço a um menor custo, possibilitando retorno tanto para o município quanto para os munícipes. Finaliza sua apresentação, destacando que a UFV não pode atender o Espírito Santo, e mesmo que houvesse essa possibilidade não haveria sentido, visto que a existência de uma instituição de qualidade e de grande abrangência territorial como o Ifes. Destaca a existência de prévia demanda, visto o interesse de municípios de Alegre, Jerônimo Monteiro e Iúna, destacando que todos que participarem do projeto serão capacitados, e enfatizando a oportunidade de projetos de mestrado e doutorado para os alunos envolvidos no projeto. Finaliza destacando que a lei prevê um período de 1 a 4 anos para a realização do cadastro territorial, e enfatiza que, com drones e uma equipe capacitada, a tarefa é facilmente exequível. O dirigente André relata que o prof. Francisco procurou a prefeitura municipal para conhecer as demandas do município, e que a gestão informou a necessidade de se conhecer o quanto se tem de eucalipto plantado na reunião, e que após a apresentação do projeto, foi imediata a adesão do prefeito de Montanha. Destaca que esse projeto possibilita eliminar o caráter político das decisões municipais, enfatizando a necessidade de ser aderido também por outros campi, uma vez que, a partir do mapeamento e da coleta de informações, o Ifes, com sua equipe técnica, pode apurar e consolidar as informações. O dirigente Carnielli destaca que a parceria que o Ifes possui com o estado é muito útil para esses projetos, destacando que a aproximação com municípios é fundamental nesse momento, e

que as agrotécnicas, o campus Vitória, o campus Ibatiba, e o campus Montanha possuem profissionais na área de agrimensura que contribuirão substancialmente com o projeto. O dirigente Diemerson relata que o capital político é distinto do capital econômico, questionando se os termos de cooperação são suficientes para realizar todo o serviço. O dirigente André relata que os serviços serão pagos e gerenciados pela Faceli e pela Facto. O pró-reitor Luciano relata que a Facto irá realizar uma capacitação específica para esse projeto, destacando que o campus Montanha será o gestor e solicita que os campi que tiverem interesse em participar entrem em contato com o dirigente André. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à participação do Ifes no Projeto de Cadastro Territorial Multifinalitário com as Prefeituras Municipais e Tribunal de Contas do Estado. O dirigente Carnielli, aproveitando a oportunidade, relata que os campi devem trabalhar mais com a Facto, destacando que há projetos que serão modelos para toda a instituição, solicitando que os editais de chamada pública sejam realizados na Facto. O pró-reitor Renato Tannure relata que há um trabalho em andamento na Proex que visa auxiliar os campi na regulamentação de editais. O dirigente Carnielli abre o **item 5** e passa a palavra para o servidor Dennis, membro da comissão de estudo de viabilidade de implantação do teletrabalho no âmbito do Ifes, designada pela portaria nº 544, de 9 de março de 2018 e também composta pelos servidores: Wagner Poltroniere Entringer, Wallace Cassaro, Marcela Freitas Scota Rovetta, Carolina de Oliveira Souza Gandine Amaral, Luiz Fernando Barbosa Santos. Destaca que a composição foi heterogênea, ou seja, com um diretor-geral, duas pessoas do sindicato, duas servidoras da DGP e um professor. Relata que foram estudados vários regulamentos de Teletrabalho, e dentre eles, o que mais se aproximou da realidade e das especificidades do Ifes foram os da UFTPR e do Ifal. Ressalta que o IFSP, recentemente, também publicou o seu regulamento do Teletrabalho, diretamente ligado a um aumento da produção e à motivação do servidor, destacando que a minuta proposta pela comissão optou por uma produtividade que se equipare ou seja superior ao do trabalho realizado no ambiente profissional. A seguir, faz uma leitura da minuta, qualificando-a como projeto-piloto, propondo, conseqüentemente, sua regulamentação para que assim, possa-se, verificar, efetivamente sua viabilidade. Esclarece que a princípio a proposta consiste em inserir apenas uma atividade, dentre aquelas desenvolvidas pelo setor, que será realizada a partir de demanda e conseqüente autorização da chefia. Esclarece que é uma atividade por setor e não uma atividade por servidor, enfatizando que o solicitante tem que deixar claro o que vai fazer, destacando que o teletrabalho, por não ser atividade permanente, dá-se por demanda. O dirigente Vagner relata que o teletrabalho pressupõe métricas, uma vez que o serviço precisa ser quantificado, destacando que, durante a construção do documento, ao se analisar os regulamentos, verificou-se que as principais instituições que optaram por essa modalidade foram aquelas vinculadas ao poder judiciário, visto que suas atividades, basicamente, resumem-se a análises processuais cuja produção pode ser mensurada. Acrescenta que, diferentemente da justiça, as atividades desenvolvidas pelos servidores do Ifes não têm parâmetro temporal para suas execuções, fato que, por um lado, pode ser um complicador na implementação do teletrabalho, mas que, por outro, vai forçar os servidores a quantificar as atividades institucionais. O dirigente Carnielli relata que os setores que fazem horário reduzido não podem aderir ao teletrabalho, manifestando seu entendimento de que essa modalidade se encaixa mais para a área administrativa do que para a docência. A dirigente Sandra discorda, esclarecendo que o teletrabalho se enquadra na carreira docente, enfatizando que, para a gestão, pode-se tornar até uma ferramenta de controle, pois, excetuando as horas destinadas ao teletrabalho, o professor deve estar presente no campus. O dirigente Diemerson manifesta sua preocupação para com o teletrabalho, justificando-se no fato de há diversos problemas de gestão, que perpassam desde registro de ponto até abono de ausências pelas chefias, alegando que, por causa

dessas situações, a base de controle do teletrabalho pode se tornar mais problema. Destaca a necessidade de se pensar na moralidade da administração pública, e que diante de um sistema corporativo como o atual, acredita não haver maturidade institucional suficiente para a implantação do teletrabalho. O dirigente Vagner relata que a chefia pode ou não concordar com a solicitação do servidor, ressaltando que haverá um software para o controle das atividades do teletrabalho. O servidor Dennis acrescenta que tudo será registrado no sistema, isto é, toda atividade deverá ser registrada, autorizada, e posteriormente, classificada a partir dos status de concluída ou não. O dirigente Diemerson manifesta sua descrença para com esse tipo de controle, justificando-se na ausência de uniformidade institucional no que se refere ao preenchimento do Pit e também para com os processos de trabalho. A dirigente Vanessa manifesta sua satisfação com a proposta, destacando que, ao se delimitar ao que não se tem controle, no primeiro momento, utiliza-se um parâmetro maior, mas que ao se entregar os resultados, as atividades terão o parâmetro correto de sua realização, destacando que a instituição se beneficiará com essa modalidade de trabalho. Solicita que seja substituída a palavra campus por unidade administrativa para que assim, tanto o Cefor quanto o Polo de Inovação Vitória, também sejam contemplados. Ao ser questionado pela dirigente Vanessa sobre a carga horária, o servidor Dennis esclarece que se pode dedicar até 25% da carga horária semanal ao teletrabalho, explicando que pode ser atribuída até 10 horas semanais desde que não sejam inferiores a 2 horas por dia. Tendo como base a sugestão da dirigente Vanessa para que a validação seja mensal, o servidor Dennis explica que a validação semanal é a maneira mais adequada para se controlar as atividades, destacando que há questões a serem alteradas por ser um projeto-piloto, e enfatiza que o sistema de controle é muito eficiente. O diretor Marcelo relata que o sistema tem parâmetros prévios, destacando que o controle está saindo do tempo e indo para a customização, e explica que a instituição está indo na direção do controle de suas atividades. Ao ser questionado pelo dirigente Gadioli sobre os responsáveis de setor que não tem FG, o servidor Dennis esclarece que apenas as pessoas que não possuem FG podem aderir ao teletrabalho, destacando que será muito fácil auditar a realização do teletrabalho. O dirigente Gadioli felicita a elaboração da minuta, reconhecendo que, por ter sido uma proposta de campanha, a sua concretização é algo a ser elogiado. O dirigente Eglon relata que em um campus pequeno, o processo de autorização pode ser inviabilizado, visto que não há servidores para executar as atividades básicas, e o serviço a ser gerado pelo teletrabalho, aparentemente, será grande. Manifesta sua preocupação com o sistema de ponto, justificando-se no fato de que, quando há uma compensação a ser habilitada, é algo muito trabalhoso e demorado, e nesse sentido, o teletrabalho pode ser um complicador. O dirigente Edson parabeniza o trabalho, mas relata que o título do arquivo, que remetia a uma consulta pública, o fez pensar que essa ação seria etapa anterior à efetiva implementação. O servidor Dennis explica que a comissão entendeu que a proposta, por ser um projeto-piloto, não necessitaria de uma consulta pública, além disso, relata que houve uma extensa tramitação institucional. O dirigente Edson sugere que o documento seja disponibilizado para consulta pública, justificando que há conceitos a serem definidos, como o que é público. Acrescenta que essa proposta vai gerar comparações entre os campi, destacando que se hoje já há uma grande demanda de pedidos de remoção, esse quantitativo tende a aumentar, visto que os servidores vão preferir àqueles campi que implementaram o teletrabalho. E também questiona a intenção contida no artigo 11. O servidor Dennis esclarece que esse parágrafo determina que não se pode alocar outra pessoa de seu local de trabalho, nos casos em que não há possibilidade de substituição. O dirigente Edson relata que deve-se ter redobrada atenção aos dizeres dos parágrafos 3º e 4º do artigo 12, visto que muitas dúvidas e questionamentos podem originados dessas ações. O dirigente Diemerson sugere que o teste seja

realizado antes da submissão ao Conselho Superior. O dirigente Carnielli relata que é uma proposta de autorização para se fazer um teste piloto, assim, sugerindo encaminhar ao Conselho Superior, e depois será implementado, verificar a viabilidade ou não do teletrabalho. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favorável a implementação por ano do teletrabalho no âmbito do Ifes, para, somente após sua implementação, aferir sua viabilidade. O dirigente Carnielli abre o **item 9** e passa a palavra para o pró-reitor Luciano que relata que a Prodi está trabalhando na revisão do planejamento estratégico, destacando a intenção de se produzir um documento que seja útil para toda a instituição. Parabeniza a equipe da Dpla composta pelos servidores Marcelo, André, Guilherme, Leandro e Any. O diretor Marcelo relata que, nos últimos 3 meses, houve um trabalho específico na dimensão das atividades, apresentando-as a seguir. Apresenta os resultados do último planejamento estratégico, destacando que, a partir de um portfólio de projetos, percebeu-se que muitas das ações descritas não tinham os atos institucionais, e verificou-se que a organização não tinha um caminho formal dessa atividade tal qual preconiza os órgãos de controle preconizava. Desta forma, criou-se a estratégia de se buscar portarias com nomes mais genéricos. E desta forma, foi possível verificar que o planejamento gerou frutos muito viáveis nessa instituição, mesmo que a entrega não tenha sido sistematicamente medida, seria, no mínimo, leviano dizer que elas não ocorreram. Relata que, a partir de uma leitura mais ampla, foi possível verificar que 8 projetos foram entregues, 18 projetos estão em execução, 5 projetos estão paralisados e 1 projeto não foi iniciado. A seguir, apresenta a análise de projetos, destacando que o Ifes não se constitui como uma organização matricial e nem horizontal, classificando-a como uma multi-matricial, em que os indivíduos estão apoderados dentro dos campi, e onde os processos políticos influenciam os processos gerenciais. Assim, tendo esse diagnóstico institucional, acrescenta que foi elaborada uma proposta que constitui em fazer com que o planejamento estratégico se torne uma metodologia mais sensível para toda a instituição. O servidor Guilherme apresenta os projetos em execução, detalhando as particularidades institucionais de cada um. O diretor Marcelo apresenta o dimensionamento de carga horária de atividades dos diretores-gerais e dos pró-reitores, para a realização do curso de treinamento de lideranças estratégicas, com carga horária de 80 horas. Apresenta o plano de comunicação, com a pretensão de melhorar a comunicação interna e a comunicação com a comunidade, destacando ser uma proposta enxuta, cujo foco se concentra na alta cúpula da administração, visto que o momento de pactuação com a comunidade será em 2019. Apresenta algumas demandas, ou seja, formação de um comitê de diretores gerais para fazer parte do comitê de planejamento; definir o perfil dos articuladores locais, possivelmente dois articuladores, um para a área acadêmica e outra para a área administrativa; e definir calendário concentrado do PE e PDI, com atividades presenciais, principalmente nas segundas-feiras, iniciando em outubro e finalizando, possivelmente, em novembro, a partir de reuniões semanais, com duração de 1 a 3 horas. Esclarece que, para os encontros presenciais, a intenção é que a reunião do planejamento aconteça antes do curso de liderança. Finaliza afirmando que a intenção é diminuir o tamanho do planejamento estratégico mas não permitir que ele perca a qualidade, por isso, solicita que os dirigentes pactuem com o planejamento estratégico, que é um produto construído por todos nós. O dirigente Marcelo Polese solicita que as reuniões sejam realizadas as quintas ou sextas-feiras, visto que o início de semana os dirigentes se dedicam às demandas dos campi. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favorável a inversão para quinta e sexta-feira, sendo sexta-feira o dia prioritário. O Colégio de Dirigentes indica os seguintes dirigentes para compor o comitê de planejamento estratégico: Aloísio Carnielli, Diemerson Saqueto, Lodovico Ortlieb e Leandro Bitti. O Colégio de Dirigentes determina que cabe aos dirigentes definirem os articuladores nos campi, e não havendo manifestação dentro de uma semana, o diretor-geral será

designado como o articulador. O dirigente Carnielli passa a palavra para o senhor Luiz Carlos Oliveira, representante da cultura negra e indígena no estado do Espírito Santo, que relata a existência de um racismo institucional no Brasil, fazendo com que os indígenas e os negros não tenham o devido espaço na sociedade. Declara que está sendo coordenada uma campanha nacional sobre o tema. Relata que há uma parceria com o Ifes, que por meio do uso do auditório do campus Cariacica, foi ministrado um curso de 180 horas para 500 educadores cuja principal bandeira é a criação de um comitê institucional. Relata que a promotora baiana Lívia Santana estará presente em um seminário que será realizado no dia 21 de setembro, no campus Vitória, e por isso solicita que os gestores participem do seminário, e não apenas enviem os membros do Neabi. Enfatiza que há, no Brasil, 100 milhões de negros, destacando que apenas a Nigéria tem mais negros que o Brasil, e que o se pretende não são reparações históricas, e sim, políticas afirmativas. Finaliza solicitando a presença dos diretores-gerais no evento e explicando o processo de inscrição. O dirigente Carnielli abre o **item 3** e passa a palavra para o dirigente Fábio Lyrio que relata que a Resolução CS nº 1/2016 trata da mobilidade docente, destacando os pontos em que há incoerências no documento, as quais, afirma, conforme descrito no artigo 8º, fica sem especificar qual unidade é referida, apesar de se concluir que seja a cedente. Acrescenta que a resolução trata apenas da mobilidade docente e que no documento é encontrada em alguns trechos a palavra servidores que pode levar a uma interpretação equivocada. Conclui que é necessário alterar a resolução, acrescentando a palavra cedente no artigo 8º e também alterando a palavra servidores para docentes. O Colégio de Dirigentes, manifesta-se favoravelmente às propostas de alteração da resolução nº 1/2016. O dirigente Octávio relata que há um problema quando se trata dessa resolução, ou seja, na Portaria nº 1.070, de 05.06.2014, que delega competência aos Diretores Gerais, não é contemplada a mobilidade docente, impedindo, desta forma, que o diretor-geral emita portaria com esse fim. A dirigente Walkyria tem um entendimento diferente, afirmando que, por ser a portaria anterior a resolução, não há necessidade de se atualizar a portaria. O dirigente Octávio discorda, reafirmando a ausência de competência para o diretor-geral para o caso da mobilidade. A dirigente Walkyria relata que há problemas no que tange à designação de cargos de CD, uma vez que, tal atividade está sendo realizada no Ifes em contradição ao que se preconiza na legislação, destacando que vai formalizar essa questão e trazer para o Colégio de Dirigentes. O servidor George destaca as informações que devem constar no processo e que são solicitadas na resolução, a fim de se garantir a transparência do ato, sugerindo que o processo seja tramitado para a DGP. O pró-reitor Luciano acrescenta que não há um controle dos professores multicampi, por isso é necessário que se crie um mecanismo que disponibilize essa informação de maneira centralizada. A dirigente Vanessa destaca que a tramitação processual à DGP seria uma ação trabalhosa e onerosa, sugerindo que houvesse apenas uma comunicação sobre a mobilidade docente. O pró-reitor Luciano sugere a disponibilização de busca de palavra-chave na portaria de mobilidade, questionando a possibilidade dessa implantação ao diretor de TI. O diretor Johnathan responde que é possível implementar tal ação, explicando que a expressão “resolução nº 1/2016” será a palavra-chave, pela qual, toda portaria que tenha essa expressão será encaminhada à DGP para controle dos professores multicampi. O dirigente Gadioli lê uma portaria emitida pelo campus Barra de São Francisco, e o servidor George e o pró-reitor Luciano confirmam que o texto possui todas as informações para o controle da DGP. O Dirigente Carnielli afirma que essa portaria deve ser o modelo para as demais portarias de mobilidade. O pró-reitor Luciano informa que o servidor Wallace, atual diretor da DGP, precisará deixar o cargo por causa de assuntos particulares que o impedem de exercer a tarefa atualmente, anunciando que o professor Pablo será seu substituto. Destaca que o professor Pablo já exerceu essa função antes de sua ida para Brasília, ao ser aprovado

em concurso público docente, enfatizando que seu retorno não houve intermediação da gestão, visto que houve a coincidência de ter um professor do campus Viana, natural de Brasília, que desejava retornar a sua terra natal, ocorrendo assim, a permuta entre servidores. Relata que o professor Pablo foi o nome escolhido pelo Fórum de Gestão de Pessoas, destacando que, apesar de a gestão privilegiar o servidor técnico-administrativo para cargos de gestão, nesse caso, é inegável que o conhecimento do professor tanto da carreira técnico-administrativa quanto da docente, somado a sua experiência como diretor de pessoas, será de grande valia para a instituição. O dirigente Carnielli abre o **item 4** e passa a palavra para a pró-reitora Adriana que relata que quando assumiu a Proen, ano passado, houve uma solicitação da DTI para que se articulasse, junto aos campi, a possibilidade de se alterar a funcionalidade de recuperação de senha no sistema acadêmico. Destaca que foram realizadas reuniões com o Fórum de Diretores de Ensino, enfatizando que o fórum foi receptivo à proposta da DTI. Assim, acrescenta que houve uma conscientização nos campi, e logo após, foi feita a alteração, destacando que houve alguns problemas, sendo que um deles é esse item, visto que a alteração trouxe contratempos para o campus Vitória e, aparentemente, configuração da funcionalidade é geral e única, não sendo possível ações distintas entre os campi. O diretor Johnathan explica que, a partir da nova funcionalidade, a recuperação de senha se tornou tarefa semelhante àquela utilizada pelos usuários para a recuperação de e-mails pessoais. Informa que, anteriormente, havia um *delay* por causa de uma produção equivocada do desenvolvedor do software. Destaca que a alteração era uma solicitação antiga do Fórum de TI, visto que o aluno tinha que ir a um setor do campi para recuperar a senha, ocasionando problemas para a criação de contas durante o calendário letivo. Destaca que optou-se por um mecanismo de recuperação de senha, que se baseia no sincronismo de PIN, a partir de uma conta de e-mail atualizada no sistema, explicando que a empresa Qualidata retirou o botão de resetar senha das opções de funcionalidade. O diretor Hudson argumenta que, quando um aluno perde o acesso ao computador, ele pode pedir o reenvio de nova senha, que viria para uma conta, no entanto, destaca que o aluno do Proeja que não tem *smartphone* e por isso tinha que ir a uma *lan house*. Destaca que, com a funcionalidade antiga, o aluno se dirigia à CAE que reiniciava sua senha, solicitando que seja disponibilizado o botão *reset* para que a instituição possa recuperar a senha para os alunos, em especial, os do Proeja. O diretor Johnathan destaca que, independente do retorno do botão *reset*, a necessidade de usar uma máquina continua, pois ela é vinculada ao sistema, para que se possa refazer a senha. A pró-reitora Adriana relata que a utilização do botão se aplica apenas a casos extremos, destacando que se pode solicitar que a Qualidata retorne essa função, caso uma função não exclua a outra. A dirigente Vanessa destaca que, se já existia o código, a tarefa não será difícil, posicionando-se contrária à mudança, caso a inserção do botão *reset* exclua a funcionalidade atual de recuperação de senha. O diretor Johnathan sugere a disponibilização de uma máquina, nos campi, para uso exclusivo de recuperação de senha, tal qual ocorre para as inscrições em concursos públicos. O Colégio de Dirigentes solicita que a empresa Qualidata seja consultada, manifestando-se favorável à disponibilização de ambas funcionalidades, caso não seja possível, o assunto será novamente abordado em reunião futura. O dirigente Carnielli destaca que o **item 3**: discussão sobre valor cobrado para cópias de processo no âmbito do Ifes; o **item 6**: proposta de normas e procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação das penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, no âmbito do Ifes / Processo: 23147.003334/2018-11; e o **item 8**: definição das prioridades de investimentos que serão atendidas com recursos da emenda de bancada; não serão discutidos nesta reunião, anunciado que ambos estarão na pauta de reuniões futuras. Nada mais a tratar, o dirigente Carnielli declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à



aprovação de todos os presentes.